

SIC confirma detenção de oito suspeitos de burla

Luanda - Oito indivíduos, dos quais seis estrangeiros foram detidos, em Luanda, pelo Serviço de Investigação Criminal (SIC), por suspeita de envolvimento em crimes de falsificação de documentos, burla por defraudação, associação de malfeitores e branqueam

Entre os suspeitos, detidos nos dias 21 e 23 de Fevereiro último, estão três tailandeses, um eritreu, um canadiano e dois angolanos.

Contra os detidos pesam queixas sobre tentativa de defraudação do Estado angolano.

“Intitularam-se proprietários de uma suposta empresa denominada Central Energy Company, Limited, com sede nas Filipinas”, afirmou nesta terça-feira o chefe do Departamento Central do SIC, Tomás Agostinho, em conferência de imprensa.

Tomás Agostinho adianta que, por envolver altas patentes das Forças Armadas Angolanas (FAA), o processo foi transferido para a Direcção Nacional de Investigação e Acção Penal da Procuradoria-Geral da República (PGR), para o devido tratamento.

O grupo simulou dispor de acesso à uma linha de financiamento aberta numa instituição financeira denominada “Bangko Sentral NG Pilipinas”, das Filipinas, no valor de USD 50.000.000.000,00(cinquenta biliões de dólares norte-americanos).

Segundo o SIC, no momento da detenção foram apreendidos vários meios, incluindo um cheque supostamente pertencente ao “Bank of China (Hong Kong) Limited, a favor de Centennial Energy Company, Limited, no valor de USD 99.000.000.00,00 (noventa e nove biliões de dólares norte-americanos).

O chefe do Departamento Central do SIC entende que terá havido um erro de avaliação do projecto de investimento apresentado aos cidadãos estrangeiros pela entidade responsável pela captação de investimento.

“Fez-se passar a falsa ideia de que os cinquenta biliões de dólares norte-americanos a que se referiram como estando disponível para investir no mercado angolano já era um facto”, afirmou.

Acresceu que ficou a ideia de que havia na suposta linha de financiamento a oportunidade para desenvolver projectos adormecidos por falta de financiamento.

Esclareceu que, no âmbito do mecanismo de prevenção do branqueamento de capitais, todos os recursos que sejam provenientes do exterior passam, necessariamente, por uma verificação para aferir a legalidade da sua proveniência.

Realçou que foi no contexto desse procedimento, à luz do mecanismo internacional, em matéria de branqueamento, que a entidade competente accionou a congénere filipina, tendo obtido a confirmação de que os supostos promotores não eram o que diziam ser.

Na sequência, a congénere filipina não confirmando, igualmente, a autenticidade do cheque no valor de cinquenta biliões de dólares norte-americanos.

Fuente: *ANGOP*